



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE/PR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) Nº 126/2025

INTRODUÇÃO

Conceito e elementos.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP), é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação a fim de atender a uma necessidade administrativa, e tem por objetivo subsidiar a elaboração do Anteprojeto, Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como do edital de licitação e da minuta contratual, quando aplicável.

Sua elaboração será em conformidade com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelos Arts. 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64 do Decreto Municipal nº 3.927/2023, nos seguintes termos:

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação” (caput do Art. 56 do Decreto nº 3.927/2023).

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá estar alinhado com o Plano de Contratação Anual, além de outros instrumentos de planejamento da Administração” (caput do Art. 57 do Decreto nº 3.927/2023).

“O Estudo Técnico Preliminar (ETP) será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação, [...]” (caput do Art. 58 do Decreto nº 3.927/2023).

“Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no ETP os seguintes elementos:” (caput do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023).

“I - descrição da necessidade da contratação [...]” (inciso I do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 1 deste documento;

“IX – demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, [...]” (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 2 deste documento;

“II – descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, [...]” (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 3 deste documento;

“V – estimativa das quantidades a serem contratadas, [...]” (inciso V do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 4 deste documento;

“III – levantamento de mercado, [...]” (inciso III do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) seção 5 deste documento;



Considerando o período das festas natalinas, a Administração acredita ser imprescindível a aquisição de brinquedos e caixas de bombons para distribuição, a fim de promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo e emocional das crianças.

1.2 - Justificativa da Contratação:

A pretensa contratação justifica-se pela necessidade de aquisição de bolas coloridas de E.V.A e caixas de bombons para serem distribuídas às crianças do Município.

Com a pretensa contratação vislumbra-se uma oportunidade de proporcionar às crianças o reconhecimento de seus avanços, conquistas e construções, rompendo com as vulnerabilidades sociais da cidadania fragilizada.

Para oportunizar às crianças de famílias de baixa renda, principalmente, é inerente aos cuidados da Secretaria de Assistência Social e da Mulher, para que estas também sejam contempladas com um presente natalino, mesmo que por vezes simbólicas individualmente, mas que, alegrem-se em épocas festivas e que marcam as vidas, até mesmo com potencial de impactar no desenvolvimento social destas crianças.

Outro sim, os festejos natalinos, são tradicionais e ansiosamente aguardados pelas crianças, de modo que a presença do governo municipal deve garantir que todas as crianças sejam atendidas com uma pequena lembrança é imperativo, além de necessário ao bom desenvolvimento emocional das crianças.

Também se destaca que este procedimento, está amparado na execução da Lei Municipal nº 1.211/2025, que autoriza o poder executivo a promover o Programa NATAL DA ALEGRIA, limitando e estabelecendo os critérios de aplicação dos recursos.

SEÇÃO 2 – DA DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA). (inciso IX do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

2.1 Previsão no Plano de Contratações Anual:

2.1.1 A presente contratação está prevista no PCA 2024/2025 da Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste.

2.2 Alinhamento Estratégico:

2.2.1. Esta pretendida contratação apresenta conformidade com os Programas e Ações do PPA 2022-2025 relacionados às atribuições desta Municipalidade, inserida nas ações planejadas internamente pela Secretaria Municipal de Assistência Social e da Mulher, em conformidade com as suas competências, nos termos da Lei Municipal nº 997/2021.

SEÇÃO 3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIAS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO (inciso II do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).



12.3.2 RISCO 2. Entrega de produtos em desconformidade com a contratação.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
Probabilidade							

Resultado da análise:

Probabilidade 3 (Possível)

Impacto 16 (Catastrófico)

Classificação do risco: 48 – Faixa Vermelha: Inaceitável.

12.3.3 RISCO 3. Ausência de contratos (VIGÊNCIA/SALDO CONTRATUAL).

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
Probabilidade							

Resultado da análise:

Probabilidade 2 (Improvável)

Impacto 16 (Catastrófico)

Classificação do risco: 32 – Faixa vermelha: inaceitável.

12.3.4 RISCO 4. Não comparecimento de público no evento realizado para a distribuição dos presentes.

Matriz de Probabilidade x Impacto							
Impacto	16	Catastrófico	16	32	48	64	80
	8	Maior	8	16	24	32	40
	4	Moderado	4	8	12	16	20
	2	Menor	2	4	6	8	10
	1	Desprezível	1	2	3	4	5
			Raro	Improvável	Possível	Provável	Quase Certo
			1	2	3	4	5
Probabilidade							



Resultado da análise:

Probabilidade 1 (Raro)

Impacto 16 (Catastrófico)

Classificação do risco: 16 – Faixa laranja: limite aceitável do risco.

SEÇÃO 13 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (inciso XIII do Art. 59 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso XIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

13.1. Em virtude de todo o exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução: Contratação de empresa (s) para fornecimento de caixas de bombons e bolas coloridas de E.V.A, para distribuição às crianças residentes no Município de São Jorge D'Oeste/PR, em atenção à Lei nº 1.211/2025 – NATAL DA ALEGRIA, mostra-se necessária e viável tecnicamente, tendo em vista a imprescindibilidade da contratação e o adequado atendimento às demandas apresentadas.

Assim sendo, a Equipe de Planejamento declara a viabilidade desta contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, consoante disposto na Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 3.927 de março de 2023 e Lei Municipal nº 1.211/2025.

São Jorge D'Oeste – PR, 12 de novembro de 2025.

Jonica Maria Caetano

Responsável pela elaboração do ETP – Portaria nº 3.004/2025

Clodoaldo Blank

Agente de Contratação – Portaria nº 2.865/2025

Eliane T. Gattini Ferreira

Secretária Municipal de Assistência Social – Decreto 4.499/2025

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
INSTITUI O PROGRAMA "NATAL DA ALEGRIA" COM A
DISTRIBUIÇÃO DE DOCES E PRESENTES PARA AS CRIANÇAS
RESIDENTES DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 1.211/2025.

Institui o programa "Natal da Alegria" com a distribuição de doces e presentes para as crianças residentes do Município e dá outras providências.

O Poder Legislativo do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, GELSON COELHO DO ROSÁRIO - Prefeito, sanciono a seguinte;

LEI:

Art. 1º. Fica aprovado o programa "Natal da Alegria", no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Mulher do Município de São Jorge D'Oeste, que visa, em comemoração à celebração do Natal, a distribuição de doces e presentes às crianças.

§ 1º. Serão beneficiadas pelo programa, as crianças residentes no município, com faixa etária de 6 (seis) meses à 11 (onze) anos completos, independente de situação socioeconômica;

§ 2º. As crianças em idade escolar, deverão estar frequentando aulas nos estabelecimentos de ensino ou creche do município;

Art. 2º. O Programa "Natal da Alegria ", consistirá na distribuição de caixa de bombom, brinquedo, algodão-doce, sorvete e pipoca para as crianças.

§ 1º. Fica limitada à quantidade de 10.000 (dez mil) unidades de doces, descritos no caput, a serem distribuídas por ano.

§ 2º. O programa será coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e da Mulher e terá a duração de 4 (quatro) anos, iniciando-se em 2025.

Art. 3º. Para o Programa acima descrito, fica estabelecido o valor máximo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para os 04 (quatro) anos da duração do programa

Art. 4º. Os recursos necessários à consecução deste Programa serão consignados no Orçamento Municipal, na Unidade da Assistência Social.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Assistência Social e da Mulher deverá apresentar à área Administrativa do Município e ao Legislativo Municipal, no máximo em até 60 (sessenta) dias da entrega dos chocolates, brinquedos e doces o relatório das crianças beneficiadas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, fica revogada a Lei 1.009/2021.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, 62º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:0E4E2635